

**PERCEPÇÕES DE PROFESSORAS SOBRE A RECONFIGURAÇÃO DO  
TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE COVID-19**

**TEACHERS' PERCEPTIONS ABOUT THE RECONFIGURATION OF  
TEACHING WORK IN COVID-19 TIMES**

**PERCEPCIONES DE PROFESORAS SOBRE LA RECONFIGURACIÓN DEL  
TRABAJO DOCENTE EN TIEMPOS DE COVID-19**

**Cleissiane Aguido Gotardo**

Mestranda em Ensino e Formação Docente pela UNESPAR – Campus de Paranavaí, Paraná. Brasil. Graduada em Pedagogia pela UNESPAR – Campus de Paranavaí.

E-mail: cleissiane@hotmail.com.br - ORCID: 0000-0002-9436-3827.

**Ingrid Rodrigues Raposo**

Mestranda em Ensino e Formação Docente pela UNESPAR – Campus de Paranavaí.

Graduada em Pedagogia pela UEM – CRC. Psicopedagoga institucional na Faculdade FACEC – Cianorte. Paraná, Brasil. E-mail: ingridrodriguesraposo@gmail.com - ORCID: 0000-0003-3496-7589.

**Márcia Marlene Stentzler**

Doutora em Educação pela UFPR. Docente adjunta no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná. Docente no Mestrado em Ensino: formação docente interdisciplinar (PPIFOR). Diretora de Programas e Projetos (Prograd/Unespar). Paranavaí, Paraná, Brasil.

E-mail: marcia.stentzler@unespar.edu.br - ORCID: 0000-0002-9634-9148.

**RESUMO:** O presente artigo objetiva analisar as percepções de professoras sobre a reconfiguração do trabalho docente com o ensino remoto no período da COVID-19. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender reconfigurações no trabalho docente feminino a partir da pandemia. A investigação é de caráter qualitativo, numa perspectiva sociocultural, em que dialogamos com autores como Facci (2004), Satler (2019), Harvey (2020), entre outros. Também buscamos notícias veiculadas pelas mídias sociais e notícias da internet no ano de 2020. Ao entretecer essas fontes, evidenciamos elementos que permitem compreender o trabalho das professoras,

o qual foi redimensionado com atividades remotas, ocasionando uma sobrecarga entre atividades profissionais, do lar e a maternidade. A pandemia terá impactos na formação de estudantes e na sociedade, desdobrando-se também na saúde emocional das docentes que assumem múltiplas funções.

**PALAVRAS-CHAVE:** COVID 19, mulher, professora, trabalho feminino.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze teachers' perceptions about the reconfiguration of female teaching workers in remote teaching work during COVID-19. This research is justified by the need to understand reconfigurations in female teaching workers since the pandemic. This is a qualitative investigation, from a sociocultural perspective, in which we dialogue with authors such as Facci (2004), Satler (2019), Harvey (2020), among others. We also looked for news published on social medias and on the internet in the year 2020. By interweaving these sources, we highlight elements that allow us to understand the teachers' work, which was resized by remote activities, causing an overload between professional, home, and maternity activities. The pandemic will impact the training of students and on society, also unfolding on the emotional health of teachers who assume multiple roles.

**KEYWORDS:** COVID 19, woman, teacher, female work

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo analizar las percepciones de profesoras sobre la configuración del trabajo docente con la enseñanza remota en tiempos de COVID-19. Esta búsqueda se justifica por la necesidad en comprender las reconfiguraciones de trabajo de la profesora a partir de la pandemia. La investigación tiene un carácter cualitativo, basándose en la perspectiva sociocultural, con lo cual dialogamos con autores como Facci (2004), Satler (2019), Harvey (2020), entre otros. También buscamos noticias publicadas en las redes sociales y noticias de internet en el año 2020. Al entrecruzar estas fuentes, evidenciamos elementos que nos permiten comprender el trabajo de profesoras, que se redimensionó con las actividades remotas, provocando una sobrecarga entre las actividades profesionales, del hogar y con la maternidad. La pandemia tendrá impactos en la formación de los alumnos y en la sociedad, desarrollándose también en la salud emocional al asumir muchas funciones.

**PALABRAS CLAVE:** COVID 19, mujer, profesora, trabajo femenino

## Introdução

A pandemia provocada pela COVID-19 e altamente contagiosa, modificou as rotinas diárias de todas as pessoas, particularmente o trabalho feminino e a escolarização. Como medida preventiva para evitar sua transmissão, adotou-se o isolamento da população. Com isso, aulas presenciais foram suspensas como forma de evitar o contágio e os alunos de todos os níveis de ensino passaram a ter aulas remotas. Deste modo, as professoras também passaram a trabalhar de forma remota, reinventando suas práticas, adotando recursos tecnológicos. Suas casas transformaram-se em espaços de trabalho, afetando também o cotidiano das famílias.

Com a pandemia da COVID-19, dentro de seu lar, a vida também se transformou. Nesta investigação olhamos para desdobramentos da vida de professoras, que também são mães, mulheres, dona-de-casa, entre outras ocupações. Saviani (2009, p. 153) alerta para as condições de trabalho docente “[...] condições precárias de trabalho não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados”. Em um contexto extraordinário como o que vivemos, a formação, o acesso à tecnologia e o tempo para dedicação ao estudo e trabalho são fundamentais, pois, muita coisa mudou na educação e na vida das pessoas.

Contudo, políticas e práticas do sistema educacional brasileiro, segundo Borges, Aquino e Puentes (2011, p. 108) “encontram-se orientadas pelos valores do neoliberalismo, que reafirmam os preceitos de uma sociedade capitalista, excludente e seletiva”. Interessa-nos saber como a educação se organiza neste período de pandemia e como as professoras atuam para garantir que estudantes tenham aprendizagens, uma vez que isso afeta o trabalho docente em todo o país.

Neste estudo, buscamos amparo em David Harvey (2020), o qual traz reflexões acerca dos riscos vividos pela classe trabalhadora em período pandêmico. Facci (2004) aborda o mal-estar vivido pelos docentes diante da educação voltada para atender interesses do capital. Gatti (2017) trabalha com o desafio docente em promover ações socioeducacionais. No âmbito do estudo das mulheres, pautamo-nos em Louro (2004) e Rago (1985) para apresentar um breve histórico da figura feminina na educação escolar. Concordamos com Martins (2015) sobre a necessidade de refletir acerca da atual organização social, onde o professor é colocado a serviço do capital. Em estudo de Satler (2019) verifica-se o papel da professora historicamente, bem como, sua importância no processo educacional. Vianna (2013) contribui para entendimento

sobre a feminização do magistério na educação básica. Neste trabalho também analisamos documentos emitidos pelo Ministério da Educação (MEC) que discorrem sobre a oferta da educação brasileira durante o período de pandemia.

Esta pesquisa tem um caráter qualitativo. Objetiva analisar as percepções de professoras sobre a reconfiguração do trabalho docente com o ensino remoto no período da COVID-19. Entre as fontes de pesquisa estão notícias, ou seja, buscamos elementos para compreender o trabalho da mulher no ano de 2020, por meio de mídias sociais, notícias da internet e representações sociais, que para Chartier (2002) situam-se num campo de disputas de poder. No cenário, acentuado pela COVID-19, o trabalho da professora intensifica-se, sua ação ganha proeminência no contexto das relações socioeducacionais.

Essas mulheres trabalham com pessoas, com ideias e, sobretudo, com sentimentos. Para um grande número de alunos a escola é o principal lugar de acesso aos bens culturais, segurança e alimentação. Ao reorganizar práticas e ações educativas, de forma abrupta, de atividades presenciais para remotas com ou sem o uso de recursos virtuais, as professoras também são desafiadas a ressignificar representações e metodologias acerca da educação, da alfabetização e do acesso aos bens simbólicos pela criança, por meio de objetos transicionais (SAFRA, 1996).

Nesse sentido, o artigo foi organizado de forma que inicialmente abordamos a COVID-19, suas características, implicações socioeducacionais associadas a pandemia. Em seguida, dialogamos acerca da construção histórica da profissão professora e o contexto atual. Nas mídias sociais e internet, buscamos elementos para compreender o seu papel na reorganização dos processos educacionais em sala de aula. Entendemos que a forma que a educação assume no contexto de pandemia terá resultados para a formação dos estudantes e da sociedade, desdobando-se também na saúde emocional das docentes que assumem múltiplas funções.

## **Impactos da COVID-19 no Brasil**

O mundo sofre com o novo vírus, designado de SARS-CoV-2, o qual provoca a doença COVID-19 (*Coronavirus Disease – 2019*) sendo transmitido de pessoa para pessoa. Inicialmente detectada em Wuhan, China se alastrou por todos os continentes. De acordo com o Parecer n. 05/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE) a COVID-19 foi reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 31 de dezembro de 2019, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020, por sua disseminação comunitária (BRASIL, 2020e, p.1).

O momento pandêmico se trata de um marco histórico que será lembrado e estudado pelas próximas gerações. De acordo com o Ministério da Saúde, o quadro se agrava pois,

[...] a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório (BRASIL, 2020a, s. p.).

De acordo com o biólogo e pesquisador brasileiro Atila Iamarino, em entrevista para o programa Roda Viva (BIÓLOGO, 2020, s. p.) a humanidade está passando pela crise da COVID-19, necessitando de medidas preventivas para conter a disseminação deste vírus. De acordo com o estudioso, a China, por se tratar de um país autoritário, adotou uma política rígida de confinamento retardando o contágio. Harvey (2020, p. 16),

O fato de a epidemia ter eclodido na China, que rápida e impiedosamente agiu para conter seus impactos, também levou o resto do mundo a tratar erroneamente o problema como algo que aconteceu apenas “lá” e, portanto, fora do alcance e da mente/consciência (acompanhado de preconceitos xenófobos contra os chineses em certas partes do mundo).

No Brasil os impactos da COVID-19 são grandes, sentidos em todos os âmbitos da sociedade. A vida se transformou, as escolas passaram a trabalhar com atividades remotas, o que afeta diretamente famílias mais pobres por causa da retração econômica. Embora o governo tenha implantado Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, como suspensão do contrato de trabalho e redução da jornada de trabalho, pela Medida Provisória nº 934, 1 abril 2020, (BRASIL, 2020d) o Ministério da Economia infere que cerca de 150 mil trabalhadores perderam o trabalho entre março e a primeira quinzena de abril de 2020 (VERDÉLIO, 2020). “Esta nova classe trabalhadora está na vanguarda e suporta o peso de ser a força de trabalho que corre maior risco de contrair o vírus através de seus empregos ou de ser demitida injustamente” (HARVEY, 2020, p.21).

Segundo Teófilo, Oliveira e Strickland (2021) o número de mulheres que deixaram de praticar atividade remunerada em virtude da pandemia é maior do que os homens: 6,6 milhões de mulheres perderam o emprego entre

o quarto trimestre de 2019 e o mesmo período de 2021. No que se refere aos homens, o estudo apresentou que, o número foi de 4,2 milhões.

Embora os dados apresentados demonstrem dificuldades enfrentadas pelas mulheres, as autoras evidenciam que “o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos deixou de executar recursos, chegando ao final de 2020 com um saldo de mais de R\$225 milhões” (TEÓFILO; OLIVEIRA; STRICKLAND, 2021, n.p.). Isso denota a incapacidade de ocupantes desses cargos públicos em promover ações que pudessem de alguma forma beneficiar mulheres que ficaram desempregadas nesse período, por diferentes motivos.

Com as escolas fechadas como medida preventiva contra a disseminação da COVID-19, o MEC autorizou a substituição das aulas presenciais por aulas remotas e orientou a sua reorganização pelas instituições, bem como estabeleceu normas excepcionais para o ano letivo (BRASIL, 2020b, 2020d). O CNE determinou, em 06 de outubro de 2020, que as aulas continuariam sendo remotas nas escolas públicas e particulares até o fim de 2021.

De acordo com Cafardo e Felix (2020), site GZH Educação e Trabalho, o documento ainda precisava do aval do MEC. Recomendava que as escolas não dessem faltas aos alunos, nem reprovassem estudantes. O CNE sugeriu que as escolas fizessem uso de recursos tecnológicos como *Whatsapp*, *Facebook* e *Instagram* como forma de integrar os alunos. Quanto à educação básica, os estados e os municípios deveriam reorganizar a oferta por meio do ensino remoto.

As aulas foram remotas durante o ano de 2020 e 2021. Em 5 de agosto de 2021 o CNE/CP instituiu Diretrizes Nacionais orientadoras para o retorno presencial das atividades escolares, bem como para a regularização do calendário escolar. De acordo com o Art. 2º “para os diferentes níveis etapas, anos/séries e modalidades, [...] observando os protocolos produzidos pelas autoridades sanitárias locais e pelos órgãos dos respectivos sistemas de ensino” (BRASIL, 2021, s. p.). Mesmo com a vacinação em andamento, o vírus continua circulando e medidas preventivas necessitam ser adotadas.

A rotatividade de ministros da educação no governo do Presidente Jair Bolsonaro, impacta na falta de liderança e ausência de medidas coordenadas para a educação. O primeiro Ministro foi o filósofo **Ricardo Vélez**, que assumiu o gabinete em 1 de janeiro de 2019, permanecendo no cargo por três meses; o segundo foi **Abraham Weintraub**, o qual permaneceu entre 9 de abril de 2019 e 19 de junho de 2020. Treze dias após, Jair Bolsonaro anunciou o terceiro nome para assumir a pasta. Era do professor **Carlos Decotelli**, mas a sua nomeação foi cancelada. Somente em 10 de julho de 2020, outro indicado

assume o ministério. Era o professor e pastor da Igreja Presbiteriana Milton Ribeiro (VERDÉLIO, 2020), o qual deixou o ministério em meio a investigações sobre o uso de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 28 de março de 2022. Em seu lugar assumiu o quarto ministro, Vitor Godoi Veiga, em 18 de abril de 2022. A descontinuidade de ministros e a ausência de um projeto que priorize investimentos e valorização da escola pública tem gerado tensão entre os educadores, no atual contexto.

A Constituição Federal estabelece no Art. 6º que a Educação é um direito social fundamental, garantido no Art. 208, §1º que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” (BRASIL, 1988, s.p.). Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394/1996, o Art. 5º evidencia que

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, e ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo (BRASIL, 1996, s.p.).

No contexto pandêmico, docentes reorganizaram atividades em face da suspensão das aulas, por meio do ensino remoto, o papel das professoras tornou-se fundamental neste processo, seus conhecimentos, sua formação, compreensão de mundo e o acesso às tecnologias foram cruciais para definir, conjuntamente, ações para atender os alunos em todos os níveis e modalidades da educação. A ação docente pode ser compreendida a partir de Gatti (2017, p. 726). Para a autora,

[...] os professores são chamados a comprometerem-se com um ensino que propicie aprendizagens as quais permitam às crianças e jovens, como cidadãos, tomarem decisões fundadas em conhecimentos sólidos e agirem pela preservação de condições específicas ligadas não só ao nosso habitat natural, mas também em alto grau, ligadas às comunidades humanas e suas ações e às suas próprias vidas.

Embora a autora tenha escrito esse texto antes da pandemia provocada pelo novo Coronavírus, demandas para a educação pública continuam muito similares. O desafio em promover ações socioeducacionais que contribuam para a formação da cidadania e a socialização de conhecimentos tornam-se urgentes no cenário em que as crianças deixaram de frequentar a escola e de

receber o apoio de professores para suas aprendizagens formais. A educação é área de “interesse público vital” (GATTI, 2017, p.726).

Porém, existem vários intervenientes a serem considerados e que não afetavam diretamente o trabalho escolar em condições presenciais, anteriores à pandemia. Um deles por exemplo, é o fato de nem todos alunos possuírem acesso ao meio digital. Isso exigiu que a escola desenvolvesse atividades remotas com e sem o uso de tecnologias digitais. No contexto de COVID-19 há desigualdade de acesso às aulas remotas em virtude das condições socioeconômicas das famílias dos alunos. Muitos não têm acesso a internet nem a tecnologia. Isso também prejudica a formação integral destes alunos.

Outro desafio, para as docentes é o de conciliar atividades profissionais como atribuições de mãe, dona de casa, em sua própria casa que se torna ambiente de trabalho. Ensinar por meio de ferramentas tecnológicas, pouco usadas ou desconhecidas até então. Contudo, seu uso é fundamental para dar conta dos compromissos docentes. Torna-se fundamental destacar que professoras lidam com conhecimentos, mas também com sentimentos e emoções. A aprendizagem é muito mais que apropriação de conteúdo, ela deve fazer parte da vida das pessoas, transformá-las, por meio de um ato de amor. Isso, a tecnologia não supre.

## **O protagonismo feminino na educação brasileira**

De acordo com Satler (2019), até o século XIX, a história da educação foi marcada pelo protagonismo masculino. Pouco a pouco as meninas foram sendo inseridas na escola, com um currículo diferenciado voltado aos afazeres do lar, preocupada com a educação dos filhos e com a família.

A escola da época, buscava a formação de homens e mulheres para aquele momento: os homens correspondiam as vocações de poder, liberdade e racionalidade e as mulheres o desejo de poder do lar, instinto materno e romantismo. Ou seja, correspondiam as características consideradas “inatas” naquele período histórico, com papéis definidos para cada sexo de acordo com a sociedade burguesa positivista e cientificista da época (RAGO, 1985).

Segundo Louro (2004), em meados do século XIX, com o objetivo de ampliar e difundir tais pensamentos, instituições foram abertas para ambos os sexos, com algumas diferenças como horários ou até escolas diferentes. Apesar dos homens ocuparem o magistério, entre 1579 e 1759, pouco a pouco as mulheres foram ganhando protagonismo e se tornaram a maioria, iniciando o que conhecemos hoje como processo de feminização na educação. “Em



1874, por exemplo, relata o diretor geral da instrução que a Escola Normal da província do Rio Grande do Sul vinha registrando um número crescente de alunas, a par da diminuição de alunos” (LOURO, 2004, p. 449). De acordo com Satler (2019, p.119):

A industrialização, todavia, não era o único fator a afastá-los das salas de aula das séries iniciais, pois a moral burguesa cada vez mais reforçava o seu discurso de que cabia à mulher o cuidado com a infância, primeiramente na figura da mãe, que deveria ser mais bem preparada para esta função, em seguida, a professora. Ao relacionar educação inicial com o feminino, os homens se afastaram da profissão, pois, de certa forma, isso contrastava com as concepções de masculinidade do período (SATLER, 2019, p. 119).

A transição da mulher para a sala de aula foi um processo repleto de resistências e críticas. Hoje, ao olhar para o papel da mulher dentro da educação é algo que não se discute, porém, para alguns, era uma insensatez entregar a educação das crianças nas mãos das mulheres. Outros defendiam a ideia e ainda apontavam a inclinação por natureza das mulheres no trato com as crianças (LOURO, 2004).

De acordo com o Censo Demográfico, no final da década de 1920 e início de 1930, o magistério já era predominantemente feminino e 72,5% dos professores no ensino público primário já era composto por mulheres (VIANNA, 2013, p. 165).

Elas foram muito bem aceitas como professoras, pois poderiam trabalhar e ainda cuidar dos afazeres domésticos. A mulher assumiu o novo cargo, não só como esposa, dona de casa e mãe de família: era também formadora. Muitas inclusive, abdicaram de casamentos, iam morar em lugares distantes da família, e levaram a educação para mais pessoas. Lutaram por elas. Porém, como consequência, a desvalorização do seu papel na educação deve-se a políticas públicas que minimizam o papel da educação e do professor na sociedade.

Satler (2019, p.122), salienta que a professora, ao não ser reconhecida como profissional, emprega sua força de trabalho como doação, sacrifício, vocação e “induz à manutenção dos salários baixos, da mesma forma que as greves não recebem o apoio dos pais e da sociedade”. Nesse contexto,

A professora está numa situação de não-pertencimento, de invisibilidade silenciamento, sobretudo em seu reconhecimento profissional. Em um momento ela está diante dos alunos e alu-

nas analisando e problematizando conteúdos, uma rusga entre estes, pode levá-la a mediar um conflito e se tornar conselheira, dificuldades de aprendizado a colocam numa posição de ‘diagnosticar’ a situação de seus alunos, então se torna a ‘psicóloga’ (SATLER, 2019, p. 123).

Diante da COVID-19, os desafios para as professoras não são poucos. Nos arriscamos, inclusive a fazer uma analogia ao histórico do trabalho feminino na educação, num contexto de doação da força de trabalho, para manutenção e funcionamento da educação. Trabalhando de suas casas, contribuem com a formação de crianças e jovens, aprendendo a fazer uso das tecnologias. A casa e a escola, a mulher e a professora, a mãe e a esposa transformaram-se mediante este contexto.

Conforme Satler (2019) e Louro (2004), as mulheres estão diretamente relacionadas com funções à reprodução da vida, ou seja, concentradas em setores como educação, saúde, serviços sociais, alimentação, atividades domésticas remuneradas, entre outras. Porém, a ida dessas mulheres ao mercado de trabalho transforma-se no contexto de pandemia, pois a sobrecarga de trabalho e aspectos emocionais reverberam ao conciliar trabalho com cuidados da família e alunos. A sala de aula ficou dentro de suas casas.

Uma pesquisa realizada pela Unesco e publicado na Folha de São Paulo, mostra que o Brasil tem 94% de professoras, perdendo apenas para Itália com 94,6%:

[...] a predominância de mulheres no magistério tem a ver com o perfil do trabalho e com os salários. ‘A natureza e o trabalho docente são mais atraentes para as mulheres, porque elas têm outros papéis em casa. Por serem mais verbais e mais fluentes, as professoras tendem a favorecer mais a aprendizagem da língua e a expressão oral do que os professores homens’ [...] (MULHERES, 2002, s. p.).

Contudo, as lutas profissionais e de salários para a mulher ainda são demandas presentes, contínuas. Conforme a Folha de São Paulo (MULHERES, 2002, s. p.), “a grande desvantagem da feminização do magistério é que, no mundo inteiro, a mulher ganha, em média, menos do que o homem, o que tende a baixar o salário do professor”. De acordo com o *Estudo exploratório sobre o professor brasileiro*, com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica, (BRASIL, 2007) o perfil feminino é predominante na educação infantil e à medida que caminha para o ensino médio e para a formação

profissional começa a diminuir.

O gráfico a seguir foi elaborado a partir do Censo Escolar de 2007 e mostra a distribuição de mulheres e homens que trabalham na educação básica.

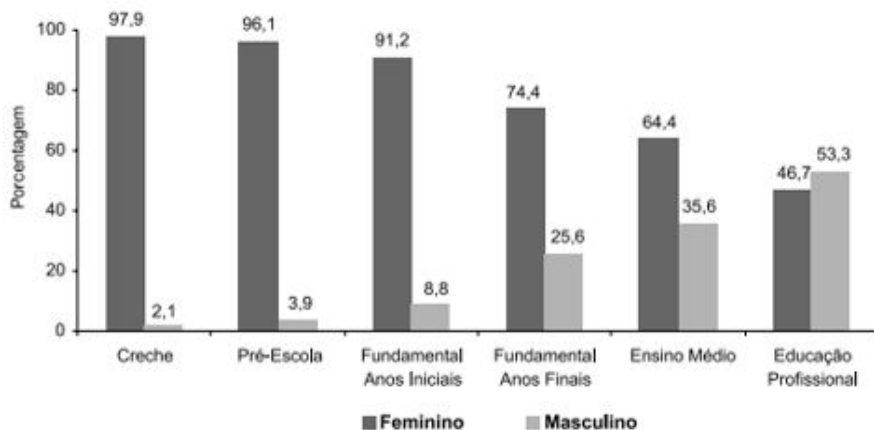


Gráfico 1 - Professores das Etapas da Educação Básica segundo o Sexo

Fonte: Brasil (2007).

Nas creches, pré-escola e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, chega a mais de 90%. À medida que avançamos aos anos finais do Fundamental e Ensino Médio, os números começam a variar entre 74,4 % e 64,4%. Na Educação profissional esse cenário muda e vemos a predominância do sexo masculino com 53,3%. (BRASIL, 2007).

Já no Censo de 2019, do total de 187.740 gestores declarados nas 180,6 mil escolas em 2019, 86% são diretores e 14% estão em outros cargos. Dos diretores, 80,8% são do sexo feminino. (BRASIL, 2019). Iniciando a terceira década do século XXI, em tempos de COVID-19, a professora conquistou novos espaços na educação e sua presença continua crescendo em cargos mais relevantes.

## A atuação das professoras

O Parecer 05/2020 do CNE, publicado em 17 de abril de 2020, anunciou no edital a reorganização do calendário escolar e a realização das atividades não presenciais durante o período de pandemia. Essas atividades

“deverão ser registradas e, eventualmente, comprovadas as autoridades competentes, e farão parte de um total de 800 (oitocentas) horas de atividade escolar obrigatória” (BRASIL, 2020e; PARANÁ, 2020).

As aulas presenciais foram suspensas, as escolas esvaziaram-se. E as professoras, como ficam nesse contexto? Sobrecarregadas com toda a demanda que foi transferida das escolas para suas casas. Filhos, cônjuge, afazeres de casa e ainda planejar, gravar, editar e postar conteúdos e aulas remotas. Tudo isso sem orientação e formação na informática básica. Embora sobrecarregadas, se reinventam em meio de uma situação caótica com mais perguntas do que respostas.

A falta de familiaridade com a tecnologia foi um agravante neste processo, além de aprender como trabalhar com estas também era necessário inseri-la na prática pedagógica. Nesse período de afastamento social a comunicação e desafios para a docência são socializados via páginas da internet, como por exemplo, o Blog *Stoodi*<sup>1</sup>, onde há o relato da professora Mariana Carlos Maria Neto, de uma rede particular em São Paulo, revelando que mesmo com o apoio da instituição onde ela trabalha ainda enfrentou dificuldades:

Não tinha o material em casa, porque o computador para mim é apenas para a escrita. Então, no começo, até comprar a webcam, fiquei indo ao curso. Dava a aula online, numa sala vazia, fazia o processo pelo *Zoom* e, qualquer coisa tinha uma pessoa que estaria lá e poderia me auxiliar. Foi produzido um material, porque eu não sei mexer em nada de tecnologia (NETO, 2020, s. p).

Outro agravante é o fato de que professores precisaram adquirir equipamentos para trabalharem na educação remota, como afirma a professora, de Vanessa Angélica Ferreira da Silva Bittencourt 43 anos:

A dificuldade é o fato de termos que, da noite para o dia, aprendermos a lidar com uma modalidade de ensino até então distante; perceber que os aparelhos que tínhamos não estávamos aguentando, que a internet não era das melhores. É necessário investimento em algo que não estava planejado no orçamento (BITTENCOURT, 2020, s. p).

Verifica-se que há uma preocupação em como o aluno está recebendo

---

1 O Blog *Stoodi*, por nós consultado na pesquisa de forma aleatória, traz relatos de professoras diante do cenário atual de pandemia e foi uma das fontes utilizadas neste estudo (STOODI, 2020).

o conteúdo transmitido de modo remoto, como tem sido a qualidade da educação nesta perspectiva, as professoras cobram-se como profissionais, como podemos verificar no relato da professora Anderlúcia de Castro Ferreira, com 38 anos:

Você quer dar o seu melhor, você quer entregar o melhor para o seu aluno e você fica imaginando: será que esse aluno está conseguindo compreender, será que eu estou conseguindo atingir o meu foco, tudo isso vem à cabeça e acaba criando uma carga emocional muito grande (FERREIRA, 2020, s. p).

A professora em entrevista ao Blog *Stoodi* (2020) relata outra aflição vivida por muitos docentes e familiares no contexto pandêmico: a desigualdade de acesso à tecnologia enfrentado pelos alunos, em particular aqueles que vivem na zona rural onde não há acesso à internet. Outros, sequer contam com um computador em casa. E, caso tenham um *smartphone*, o aparelho pode ser compartilhado na família. Esses pontos indicam que existe uma acentuada discrepância entre as condições dos estudantes para acessar as tecnologias. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2020, p. 11) expõe dados que evidenciam esta preocupação no país:

O equipamento que está mais presente nas residências brasileiras é o televisor (96%). Mesmo entre os mais pobres, das classes D e E, 92% têm o aparelho - mas apenas 9% com canais pagos da TV fechada. Em segundo lugar, o equipamento mais comum é o celular, presente em 100% dos lares de classe A e em 84% nas camadas D e E. Os computadores portáteis continuam concentrados nas famílias mais ricas: na classe A, 90% têm notebook e 49%, tablet. Nas camadas D e E, os índices são de 3% e 4%, respectivamente. [...] A média nacional de lares com acesso à internet é de 79,1%. O menor índice é no Nordeste, com 69,1%. Ou seja: mais de 30% das residências da região não estão conectadas. Na zona rural, menos de 50% das casas têm acesso à rede. No Norte, 77% das famílias fora da zona urbana estão desconectadas.

A pandemia expôs a realidade do trabalho doméstico, filhos em casa e todas as tarefas que antes eram divididas, já que as professoras estavam na escola e seus filhos também, com a pandemia, essa rotina se modificou. A professora Hildete de Melo (2020), uma professora universitária aposentada,

de Maceió escreveu em 02/04/2020 acerca da sobrecarga do trabalho das mulheres que expressam em um tom descontraído: “nunca pensei que fazer estas tarefas fossem tão desgastantes e não param nunca” (MELO, 2020, p.2).

O Instituto Península (2020) pesquisou mais de 7 mil professores das redes municipais, estaduais e particulares do Ensino Infantil ao Ensino Médio no país, via questionário e entrevistas diretas. A pesquisa foi quantitativa e revelou que a rotina dos docentes passou a ser ocupada por mais atividades domésticas (66%), o trabalho de casa nas atividades da escola (62%) e estudos (50%)”. Entre as atividades que mais dedicam o tempo estão: atividades domésticas/do lar (66%), trabalhar de casa nas atividades da escola (62%), estudos relacionados à capacitação profissional (50%), organizar a vida pessoal e familiar (43%), lazer (43%), apoiar os filhos nas tarefas escolares (27%), atividades de autoconhecimento e autocuidado (25%) e atividades física em casa (22%).

Andrade (2020) realizou uma pesquisa com professoras da rede pública e constatou que elas adoeceram mais neste período de pandemia, se sentiram sobrecarregadas e frustradas em virtude do receio de não darem conta do trabalho. A autora aponta que “tem ainda o medo de não dominar as tecnologias de ensino remoto onde os dados encontrados apontam que 84,6% dos professores (as) tiveram dificuldades com o trabalho remoto” (ANDRADE, 2020, p. 39). Quanto à saúde emocional, relataram angústias com a:

[...] intensificação do trabalho docente, sobrecarga de trabalho, a falta de experiência no uso de tecnologias e as incertezas do pós-pandemia contribuíram para um aumento do adoecimento docente, levando ao adoecimento de um grande percentual de professores na escola em que trabalha, principalmente no 2º semestre, e nesses tempos de pandemia piorou muito, vários professores tomando remédio e fazendo terapia (ANDRADE, 2020, p. 40).

Ainda sobre as emoções que reverberaram o trabalho das professoras, Facci (2004, p.29), destaca a situação de mal-estar docente, como desânimo e descontentamento com o trabalho, pois os

[...] sentimentos que os professores têm diante das circunstâncias que o próprio processo histórico produziu em termos de educação, tais como: desmotivação pessoal e, muitas vezes, abandono da própria profissão; insatisfação profissional, percebida por meio do pouco investimento e indisposição na busca de aperfeiçoamento; esgotamento e estresse, como consequência

do acúmulo de tensões; depressão; ausência de uma reflexão crítica sobre a ação profissional e outras reações que permeiam a prática educativa que acabam, em vários momentos, provocando um sentimento de autodepreciação.

A complexa relação entre educação e sociedade, tem colocado as professoras cada vez mais em serviço da globalização e do neoliberalismo. Como salienta Martins (2015, p. 20), “diluem-se em análises que colocam a escola e o professor como vítimas do tempo e da organização social, que em sua estrutura política e econômica não é efetivamente questionada”.

De acordo com Saviani (2009) é necessário eleger a educação como prioridade no país, se assim fosse atacaria problemas como saúde, desemprego, pobreza, entre outros. Porém, o autor afirma que, infelizmente o país caminha na contramão dessa proposta ocorrendo a redução de investimento em educação. Percebe-se que há ausência de medidas coordenadas nas políticas educacionais, responsabilizando a docente frente a este processo onde dissemina-se que o mesmo deverá ser criativo para conduzir de forma eficaz as atividades pedagógicas.

## Conclusão

Em virtude da pandemia, escolas e universidades precisaram reprogramar suas atividades, a forma de interagir com alunos e famílias. Aulas passaram a ser transmitidas com o auxílio de tecnologias por plataformas *on-line*, aulas virtuais. No caso da educação infantil, docentes elaboram atividades que são repassadas às famílias. Professores e alunos de todo país, subitamente, tiveram que se adaptar às aulas remotas, reinventando suas práticas.

A pandemia trouxe para jogo a dificuldade de conciliar tarefas domésticas, família e mercado de trabalho de todas as mulheres no mundo, intensificou-se o trabalho da professora. Como foi observado, as dificuldades e desafios enfrentados pelas professoras também refletiram nas emoções comprometendo além do seu trabalho os aspectos emocionais. O estudo evidenciou que a educação enfrenta grandes desafios, acentuados pelo momento vivido. Se por um lado há base legal para atender o momento de pandemia, na prática as dificuldades enfrentadas por discentes e docentes é grande com a sobrecarga a professores, gestores e comunidade escolar. Destacamos o papel historicamente associado às professoras e, no atual contexto elas atuam em meio a desigualdade de condições de acesso à educação.

Encontram-se fragilizadas em decorrência das mudanças em suas vidas, por vezes acarretando sérios danos na saúde emocional dos envolvidos.

O trabalho das professoras e mulheres é uma categoria nuclear de análise que merece atenção, pois, as condições históricas da produção capitalista expropriam delas a sua humanização, as aliena, empobrece e desvaloriza seu trabalho. Portanto, torna-se fundamental a reflexão sobre a função docente na transmissão de conhecimentos científico. Se faz necessário então, mostrar seu papel político, histórico e social para que professoras encontrem a resistência necessária para uma melhor qualidade de vida.

## Referências

ANDRADE, Elizabete Rodrigues da Silva. *Adoecimento no trabalho em tempos de pandemia*: impactos na saúde dos professores dos anos iniciais de uma escola da rede pública do DF. Brasília, 2020. Disponível em: <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/27195/1/2020\\_ElizabeteRodriguesSilvaDeAndrade\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/27195/1/2020_ElizabeteRodriguesSilvaDeAndrade_tcc.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2022.

BIÓLOGO diz que mundo vive pandemia por ‘menosprezar’ medidas da China. In: *UOL*. Coronavírus. São Paulo, 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/30/biologo-diz-que-mundo-vive-pandemia-por-menosprezar-medidas-da-china.htm>> Acesso em: 20 jul. 2020.

BITTENCOURT, Vanessa Angélica Ferreira da Silva. Os entraves da educação a distância durante a paralisação escolar. In: *Blog STOODI*. 05 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.STOODI.com.br/blog/dicas-de-estudo/ead-e-a-pandemia/>> Acesso em: 02 ago. 2020.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernández; PUENTES, Roberto Valdés. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. *Revista HISTEDBR On-Line*. n.42. Campinas: HISTEDBR, p. 94- 112. 2011. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639868>> Acesso em: 07 ago. 2020.

BRASIL. *Constituição* da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 21 jul. 2020.



BRASIL. MEC/INEP. *Estudo exploratório sobre o professor brasileiro*: Com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. *Censo da Educação Básica 2019*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/0/Notas+Estat%C3%ADsticas+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/43bf4c5b-b478-4c5d-ae17-7d-55ced4c37d?version=1.0>>. Acesso em: 30 jul. 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. *O que é Covid-19*. Brasília, 2020a. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>>. Acesso em: 29 set. 2020.

BRASIL. Ministério da educação. *Portaria n. 343*. Brasília, DF: Norma Federal, 18 março, 2020b. Disponível em: <[https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-343-2020\\_390743.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-343-2020_390743.html)>. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. *Medida Provisória n. 934 de 1 abril 2020*. Brasília, 2020d. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>>. Acesso em: 29 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CP n. 05/2020*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 28 de abril de 2020e. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CP n. 2/2021*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 5 de agosto de 2021. Disponível em: RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 5 DE AGOSTO DE 2021 - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 5 DE AGOSTO DE 2021 - DOU - Imprensa Nacional (in.gov.br). Acesso em: 25 mai. 2022.

CAFARDO, Renata; FELIX, Paula. Conselho Nacional de Educação aprova aulas remotas nas escolas até 2021. In: *GZH Educação e Trabalho*. 06. Out. 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/10/conselho-nacional-de-educacao-aprova-aulas-remotas-nas-escolas-ate-o-fim-de-2021-ckfygc1gv0095012tz6vnuvew.html>>. Acesso em: 19 out. 2020.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*, entre práticas e representações. Alges, Portugal: Difel, 2002.

CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. *Diretrizes para educação escolar durante e pós pandemia: contribuições da CNTE*. Brasília, 15 jun.2020. Disponível em: <<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/73201-acesse-a-publicacao-diretrizes-para-a-educacao-escolar-durante-pos-pandemia-contribuicoes-da-cnte>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. *Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

FERREIRA, Anderlúcia de Castro. Os entraves da educação a distância durante a paralisação escolar. In: *Blog STOODI*. 05 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.STOODi.com.br/blog/dicas-de-estudo/ead-e-a-pandemia/>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. *Revista Diálogo Educacional*. v.17, n. 53. Curitiba, 2017. p. 721-737. Disponível em: < <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/8429>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, Mike *et al.* *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020. Disponível em: < [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/2020\\_Boletim/Bol08\\_01.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/2020_Boletim/Bol08_01.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2020

INSTITUTO PENÍNSULA. *Pesquisa de sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil*. 2020. Disponível em: <[https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Covid19\\_InstitutoPeninsula\\_Fase2\\_at%C3%A91405-1.pdf](https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Covid19_InstitutoPeninsula_Fase2_at%C3%A91405-1.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In BASSANEZI, Carla (coord. De textos); DEL PRIORE, Mary (org.). In: *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MARTINS, Ligia Márcia. *A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

MELO, Hildete Pereira de Melo. A vida das mulheres em tempos de pandemia! In: *Fredrich Ebert Stiftung*. Abril, 2020. Disponível em: < <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/debate/2020/A-vida-das-mulheres-em-tempos-de-pandemia>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

MULHERES comandam as salas de aula do país. *Folha de São Paulo*. 13 out. 2002. Disponível em: <[https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1310200226.htm?aff\\_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1310200226.htm?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996)>. Acesso em: 30 jul. 2020.

NETO, Mariana Carlos Maria. Os entraves da educação a distância durante a paralisação escolar. In: *Blog STOODI*. 05 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.STOODI.com.br/blog/dicas-de-estudo/ead-e-a-pandemia/>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. *Nota de esclarecimento e orientações 01/2020*. Disponível em: <<http://www.cee.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=703&tit=NOTA-DE-ESCLARECIMENTO>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAFRA, Gilberto. A vassoura e o divã. *Revista Percurso*. n. 17, ano IX, 1996. Disponível em: <[http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?ag=acervo&id\\_edicao=17](http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?ag=acervo&id_edicao=17)> Acesso em: 07 set. 2020.

SATLER, Carla. Professora, você trabalha ou só dá aula? ESTACHESKI, Dulceli Tonet; DELONG, Silvia (org.) In: *Mulheres Fazedoras*. Campo Grande, MS: Life Editora, 2019.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de educação*, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

**STOODI**. *Os entraves da educação a distância durante a paralisação escolar*. [S.l.], 05 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.STOODI.com.br/blog/dicas-de-estudo/ead-e-a-pandemia/>> Acesso em: 02 ago. 2020.

TEÓFILO, Sarah; OLIVEIRA, Alexia; STRICKLAND, Fernanda. Crise da covid tira 6,6 milhões de mulheres do emprego. *Correio Braziliense*. 09 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/05/4923182-crise-da-covid-tira-66-milhoes-de-mulheres-do-emprego.html>> Acesso em: 25 maio 2022.

VERDÉLIO, Andréia. **Governo estima em 150 mil número de desempregados em razão da pandemia**. *Agência Brasil*. Brasília, 28 abr. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/governo-estima-em-150-mil-os-desempregados-por-cao-da-pandemia>> Acesso em: 20 jul. 2020.

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. *In: YANNOULAS, Silvia Cristina (org.). In: Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações.* Brasília, DF: Abaré, 2013. p.159-180.